

Fonte: Correio Braziliense Class.: Guajajara 341  
Data: 08/11/92 Pg.: 18

## Comissão tenta soltar reféns dos guajajaras

Uma comissão, formada pelo presidente da Funai, Sidney Possuelo, e pelos procuradores da República, Wagner Gonçalves e João Marques, seguiu ontem para o Maranhão, com a finalidade de negociar a liberação de cem colonos, mantidos como reféns pelos índios guajajaras, da reserva Canabrava. O conflito entre índios e colonos do povoado de São Pedro dos Cacetes começou no início da semana, devido ao assassinato, por posseiros, de Augusto Pereira Guajajara, filho de um cacique. Antes de iniciar as negociações, a comissão vai se reunir com o governador do Maranhão, Edison Lobão, para discutir o assunto.

Segundo o ministro da Justiça, Maurício Corrêa, a medida, de caráter emergencial, visa assegurar a tranquilidade dos cinco mil índios que ocupam a reserva e ainda dos 2 mil 400 brancos do povoado de São Pedro dos Cacetes, localizado dentro da área indígena. Corrêa garantiu que a solução definitiva do problema também passará pela remoção do povoado para um novo local. "A solução que o Governo Federal dará", advertiu Corrêa, "vai depender do custo que isso representará".

Maurício Corrêa lembrou que o problema deveria ter sido resolvido desde 1979, quando o governo estadual recebeu Cr\$ 163 milhões (valor da época) para re-

tirar a população branca da reserva, eliminando, de vez, o conflito centenário entre os dois grupos. O presidente da Funai, Sidney Possuelo, explicou que, como isso não aconteceu, a população branca continuou concentrada em São Pedro dos Cacetes, apesar de a reserva ter sido demarcada há 20 anos.

Correa descartou qualquer solução de força, defendendo uma solução negociada, que terá que passar pela mudança dos brancos da região. Possuelo deverá discutir com o governador do Maranhão uma forma de desarmar a população, e fazer um levantamento exato do que está acontecendo. Por enquanto, os dados são aproximados.

Com Edison Lobão, o presidente da Funai também vai discutir medidas efetivas para libertar os reféns, garantindo a segurança das populações, e para a remoção do povoado. Esta última questão, segundo Possuelo, é problema tanto do município quanto do estado e do Governo Federal.

**Madeireiros** — A Polícia Federal no Amazonas aguarda apenas uma determinação do procurador da República no Estado para retomar a operação de retirada de madeireiros e pescadores que atuam ilegalmente na Área Indígena Vale do Javari, situada no município de Atalaia do Norte, fronteira com o Peru e a Colômbia.

A área indígena Vale do Javari, interdita em 1985, abriga, pelo menos, nove grupos indígenas arredios, além de etnias como Marubo, Matis, Kanamary, Maioruns e Kulina. Mais de 150 madeireiros e pescadores invadiram a área, ameaçando a sobrevivência dos índios.

A operação foi interrompida no último dia 17, quando o juiz de Atalaia do Norte concedeu liminar aos pescadores e madeireiros favorável à extração de madeira e manutenção da atividade pesqueira na área indígena. A liminar foi cassada na semana passada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas. O desembargador Alcemir Pessoa Figliuolo entendeu que a presença de madeireiros e pescadores na área indígena "já tem gerado grande tensão social e conflitos entre pessoas ditas civilizadas e os índios que ali habitam desde épocas imemoriais.

Durante a operação iniciada no dia 11 de outubro, a equipe, formada por agentes federais, servidores da Funai e Ibama, apreendeu cerca de 950 toras de madeira, extraídas próximas aos rios Itaquai, Ituí, Branco e Pedra, além de motosserras e um trator. Segundo o chefe do Departamento de Índios Isolados da Funai, Wellington Gomes Figueiredo, a retirada de madeira tem causado sérios danos florestais na área do Vale do Javari.